

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DE TRATAMENTO DE GÊNERO E RAÇA NO TRABALHO

Aos dois dias do mês de março de 2005, reuniram-se, na sala de reuniões do quinto andar do Edifício Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, os membros da Comissão Tripartite representando os seguintes órgãos do Governo Federal e Entidades mais representativas de Trabalhadores e Empresários: Eunice Léa de Moraes, representante do MTE; João Carlos Nogueira e Denise Antônio de Paula Pacheco, representantes da SEPPIR; Ângela Maria Mesquita Fontes, da SPM; Patrícia Cerqueira Coimbra Duque, da CNC; Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, da CNI; Aldous Albuquerque Galletti, da CNF; Maria Aparecida Pinto, da CGT; Djalma de Paula, da FS; Wagner José de Souza, da SDS; Neide Aparecida Fonseca, do INSPIR; Dionísio Lázaro Poey Baró e Luana Pinheiro, do MPGO.

Estiveram presentes Lais Abramo e Solange Sanches, da OIT, assessoria técnica permanente da Comissão; Dimas Dantas, da SRT, e Jorge Nascimento, da SENAES, como convidados; Manoel Veras e Liza Uema, do MTE.

Na abertura da reunião a representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Eunice Léa de Moraes, no exercício da presidência, justificou a ausência do Senhor Presidente da Comissão Tripartite, Alencar Rodrigues Ferreira Júnior, e deu boas-vindas aos presentes, desejando a realização de uma reunião produtiva que possibilitasse a efetivação de encaminhamentos das questões deliberadas. Em seguida, realizou a

leitura da pauta, colocando-a em apreciação para os presentes, dando início à aprovação da ata da Reunião do dia 30/11/2004.

Lais Abramo, da OIT, apontou que a OIT está mencionada na pauta como observadora e, no entanto, no regimento interno sua função reside na assessoria técnica permanente, solicitando assim alteração de acordo com o regimento.

Patrícia Duque, da CNC, observou que, na página três da ata, no que diz respeito às sugestões de ações, a criação de uma subcomissão para análise da Convenção 156 da OIT não teria sido decidida. Sylvia de Souza, da CNI, destacou que a Convenção 156 seria um tema sugerido pela Comissão para o Plano de Ação.

Solange Sanches, da OIT, sugeriu a realização de uma leitura, harmonizando a redação com a proposta do plano, na qual há diferenças. Ângela Fontes, da SPM, solicitou a correção, na página dois da ata, da sigla da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de ESPM para SPM e seguindo a discussão anterior, apontou que a criação de subcomissão para análise da Convenção 156 não foi decidida e sim sugerida. Patrícia Duque, da CNC, argumentou que caberia fazer uma complementação acerca da criação de uma subcomissão que apresentará propostas nas próximas reuniões, levando em conta as sugestões apresentadas e as que venham a ser encaminhadas pelos membros da Comissão Tripartite. Eunice Moraes, do MTE, assegurou a retificação das questões levantadas e informou que as correções serão enviadas via correio eletrônico para aprovação na próxima reunião. Em uma questão de ordem, Patrícia Duque, da CNC, solicitou que o regimento interno deveria ser colocado em aprovação. Eunice assegurou que o regimento interno foi aprovado em reunião e enviado para todos. Em seguida, encaminhou a discussão para o próximo ponto da pauta, a Apresentação e Discussão das Políticas Públicas – SEPPIR, SPM e MTE. Apresentaram-se, respectivamente, Eunice Moraes, representando a SPPE, Dimas Dantas, representando a SRT,

Jorge Nascimento, representando a SENAES e Ângela Fontes, representando a SPM.

Após apresentação dos representantes do governo, Eunice Moraes, do MTE abriu o debate para dúvidas e questionamentos. A respeito ao Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas, Maria Aparecida Pinto, da CGT, perguntou a Jorge Nascimento, do MTE, se este projeto já está sacramentado, como a questão da terra está nele presente e se o mapeamento foi concluído. Jorge Nascimento, do MTE, indicou que o Decreto 4887/2003 estabelece a competência dos diferentes órgãos de Governo sobre a questão e que a questão da regularização fundiária é específica e de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Maria Aparecida Pinto, da CGT, apontou que no município de São Roque, em São Paulo, há o Quilombo do Carmo que vem perdendo os espaços para a construção de condomínios, o que faz com que a comunidade dependa do trabalho dentro desses condomínios de luxo e não há transporte e nem alternativas de trabalho com a terra.

Jorge Nascimento, do MTE, argumentou que o Ministério do Trabalho e Emprego, em relação a esse Projeto, busca responder, em sua missão aquilo que é contemplado dentro do Decreto e da Lei. Referindo-se à questão da acessibilidade, afirmou que o MTE vem tentando superar esse trabalho junto com os próprios quilombolas.

Eunice Moraes, do MTE, sustentou que há uma discussão em elaboração sobre um plano específico de qualificação para a população quilombola no âmbito do PNQ-PlanSeQ, em parceria com a SEPPIR. Ângela Fontes apontou o quilombo dos calungas como uma questão que integra um projeto que está sendo elaborado em parceria com a SEPPIR, enfatizando o acordo que deve ser feito com as instâncias municipais na medida em que estas são responsáveis pela infraestrutura nessas comunidades. Denise Pacheco, da SEPPIR, enfatizou que o Programa Brasil Quilombola envolve outros ministérios, inclusive o MTE, por meio da implementação de políticas às comunidades

quilombolas. Lais Abramo, da OIT, destacou que este assunto é muito interessante e que há muitas políticas sendo implementadas, solicitando também que a representante do MTE, Eunice Moraes, enfatizasse as ações que vêm sendo desenvolvidas com a relação gênero e raça. Eunice Moraes, do MTE, enfatizou os dados estatísticos dentro das Políticas Afirmativas para a questão de gênero e de raça, ressaltando a importância da discussão entre os coordenadores dos estados e demais representantes. Destacou ainda que a qualificação profissional incorpora elementos culturais. Apontou também a questão dos homossexuais e das trabalhadoras domésticas, bem como a importância do quesito cor e a declaração da raça/cor para o trabalho com o processo de conscientização, enfatizando, por fim, que as mulheres constituem a maioria dos participantes dos cursos de qualificação profissional.

Solange Sanches, da OIT, apontou a importância de haver um momento no qual a Comissão possa realizar uma apresentação sobre o quesito cor, sugerindo que essa questão possa ser tratada especificamente, uma vez que envolve vários aspectos (estatísticos, políticos, etc.). Ressaltou, ainda, a pesquisa que o IBGE vem desenvolvendo sobre o quesito cor.

Dionísio, do IPEA, destacou o trabalho do pesquisador Rafael Osório sobre a história da questão racial no Brasil, sugerindo à Comissão que o convoque para contribuir ao debate. Maria Aparecida Pinto, da CGT, questionou se há políticas direcionadas às populações indígenas. Eunice Moraes, do MTE, argumentou que há um público indígena nos cursos de qualificação promovidos, mas ainda não existe um projeto específico para este grupo.

Em seguida, João Carlos Nogueira realizou a apresentação da SEPPIR. Após a apresentação, Maria Aparecida Pinto, da CGT, perguntou se a SEPPIR vem desenvolvendo trabalhos junto ao SEBRAE. João Carlos Nogueira, da SEPPIR, destacou esta questão como um elemento fundamental, mas que, no entanto, ainda não há uma ação efetiva

como a metodologia adotada pela ANCEABRA. Ressaltou ainda que o projeto é pouco adequado e ainda não é uma metodologia que lhes dê segurança, apontando para as possíveis políticas públicas que o SEBRAE é capaz de desenvolver e assim formar de fato uma base distributiva para os trabalhadores e empreendedores negros. No entanto, já há uma discussão agendada com a presidência do SEBRAE. Maria Aparecida Pinto, da CGT, ressaltou a existência de organizações (ONGs e sindicatos) de trabalhadores no âmbito do trabalho informal, como o Sindicato dos Camelôs e apontou a possibilidade de se estabelecer políticas por meio dessas organizações.

João Carlos Nogueira, da SEPPIR, destacou que, embora não tenha uma ação específica direcionada ao trabalho informal, o exemplo de São Paulo é de suma importância, enfatizando o efeito dessas políticas na periferia, mas que, no entanto, há um formato muito definido do trabalho formal e institucionalizado. Enfatizou que neste momento, a preocupação está focalizada em apresentar que uma os esforços desses três mundos do trabalho: multinacionais, nacionais e estatais. Dionísio, do IPEA, perguntou se o MTE e a SEPPIR levam em conta as experiências das ONGs ressaltando a experiência de um projeto que vem sendo desenvolvido em São Luis, no Maranhão, com as empregadas domésticas, o qual trata de um programa de capacitação para inclusão no mercado de turismo local. Eunice Moraes, do MTE, destacou que em 2003 e 2004 houve projetos especiais de qualificação implementados em parceria com ONGs e sindicatos, desenvolvendo metodologias, estudos e pesquisas nas áreas.

Lais Abramo, da OIT, destacou que as três apresentações são muito úteis para se ter um quadro e com isso saber o que o governo está executando atualmente e o que pretende executar no futuro, ressaltando que é uma oportunidade favorável para visualizar quais são as áreas de trabalho existentes e assim dar continuidade à discussão. Sugeriu também uma apresentação dos setores sindical e empresarial e da OIT. Enfatizando a apresentação da SEPPIR, afirmou

que a sua função é importante para a criação de consensos visto que envolve ações, decisões e aspirações. Em seguida, informou que dos dias 11 a 14 do mês de abril de 2005, a OIT realizará um Seminário Internacional sobre a questão de Ações Afirmativas cuja importância reside no recebimento de experiências internacionais para ampliar o debate sobre esta questão.

Retomando os pontos de apresentação da SPM, Maria Aparecida Pinto, da CGT, com relação à certificação, questionou se há um tempo mínimo no programa e se haverá uma fiscalização do cumprimento da proposta. Ângela Fontes, da SPM, argumentou que a SPM ainda não decidiu se haverá uma certificação ou premiação. Eunice Moraes, do MTE, afirmou que esse programa poderá ter interface com o MTE por meio da fiscalização da Secretaria de Inspeção do Trabalho e do Observatório do Trabalho. Djalma, da FS, ressaltou a importância de considerar a questão do meio-ambiente na medida em que na periferia não há saneamento básico e desta forma, as dificuldades são maiores para o trabalhador de baixa renda. Sugeriu a importância de se estudar meios para acolher a questão do meio-ambiente nas discussões. Ângela Fontes, da SPM, também concordou com essa colocação, destacando que essa dimensão urbana dos bairros, loteamentos urbanos e de favelas é uma agenda de grande peso, enfatizando também que as mulheres não estão à frente das Associações e das chamadas Comissões de Bases, mas que são elas que está trabalhando com questões práticas, levando para a comunidade a questão do trabalho ecológico (limpeza, lixo, etc) no dia-a-dia. A mulher tem um papel importante para melhorar a qualidade de vida da comunidade como um todo. Mencionou que a questão ambiental também está contemplada no Plano.

Sobre a premiação da SPM, Solange Sanches, da OIT, destacou a importância das iniciativas que se podem aproveitar como a experiência da Fundação Getúlio Vargas. Sugeriu tratar a relação dos quesitos necessários para pontuação nos concursos, como, por

exemplo, tratar questões das mulheres, o envolvimento da comunidade e as centrais sindicais. Ângela Fontes, da SPM, argumentou que este ainda não é um lançamento de ação, mas sim de discussão e posteriormente aprovação para ser lançado publicamente.

Pausa para almoço

Dando andamento às questões da pauta da reunião, Eunice Moraes, do MTE, destacou a Apresentação e Discussão das Propostas da Subcomissão, realizando a leitura da Memória da Reunião da Subcomissão do Plano de Ação. Neide Fonseca, do INSPIR, solicitou explicações referentes aos itens: a) apresentação das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho executadas pela SEPPIR, SPM e MTE. Essa apresentação tem por finalidade nivelar e homogeneizar as informações disponíveis aos membros da Comissão; e b) apresentação da proposta da Subcomissão; Maria Aparecida Pinto, da CGT, destacou que nem todos têm o conhecimento necessário em relação Convenção 156 da OIT, que não foi ratificada pelo Brasil, e desta forma, afirmou ser necessária uma maior explicitação, sustentando que em relação à discussão das ações afirmativas, é preciso estar atento para aquilo que está sendo proposto pelas empresas, o que está sendo solicitado pelos trabalhadores e o que está sendo implementado pelo governo no âmbito das políticas públicas. Enfatizou também que o Plano Tripartite de Igualdade de Oportunidade é diferente do Plano de Ação da Comissão. Ângela Fontes, da SPM, ressaltou que o objetivo da Oficina visa a construção de um Plano Tripartite.

Lais Abramo, da OIT, apontou que a Oficina implica uma oportunidade de discutir uma série de elementos para a elaboração deste plano. Jorge Nascimento, do MTE, enfatizou que é pertinente acrescentar a Convenção 169 da OIT, que trata da questão indígena e da relação entre terra e trabalho. Sylvia de Sousa, da CNI, ressaltou a importância de se conhecer a legislação para e destacou que a Oficina

seria um momento oportuno para conhecer todo o material existente sobre legislação e a partir disso, esta documentação poderá abrir caminho para traçar o Plano de Ação.

Neide Fonseca, do INSPIR, propôs centralizar o debate no objetivo que a própria Comissão encaminhou, que foi a construção de um Plano Tripartite de Igualdade de Oportunidade.

Lais Abramo, da OIT, destacou que o objetivo não reside somente no processo de homogeneização de informações, mas também no fato de se tentar definir e consensuar os eixos do Plano Tripartite definindo assim quais são os objetivos do Plano de Ação. Com relação às Convenções, destacou que é importante incluir a 169, porém, deve-se enfatizar a 156, que ainda não foi ratificada pelo Brasil. Afirmou ter notícia de que o MTE estaria preparando um pacote de Convenções, recomendações e medidas na OIT não ratificadas para serem examinadas pelo Congresso Nacional, incluindo também a Convenção 156. Destacou que a OIT propõe uma exposição por algum especialista em normas internacionais para a Oficina apresentando o que é a Convenção 156 e que haja uma decisão da Comissão Tripartite quanto ao apoio e à campanha pela ratificação.

Jorge Nascimento, do MTE, ressaltou a importância do esclarecimento do papel dessa atividade, na qual a partir do nivelamento conceitual acerca das políticas públicas, pode-se conhecer diferentes aspectos e, desta forma, verificar como este desdobramento vai desencadeando os objetivos da construção do Plano.

Eunice Moraes, do MTE, ratificou a proposta de dois dias para a realização da oficina e resumiu as questões a serem discutidas na sua concretização, as quais foram: apresentação das políticas dos três segmentos; aprofundamento das Convenções da OIT e da legislação existente, realização de nivelamento conceitual e traçar o eixo do Plano.

Maria Aparecida Pinto, da CGT sugeriu a indicação de uma pessoa que possa explicitar estas questões. Sylvia de Souza, da CNI, destacou a

viabilidade de uma apresentação sucinta, diferentemente dos projetos de lei, que ainda estão em tramitação. Maria Aparecida Pinto, da CGT, ressaltou que o Estatuto Racial, de autoria do senador Paulo Paim, está em tramitação. Aldous Galleti, da CNF, reiterou que também é importante conhecer a legislação que ainda está em processo de tramitação, os projetos de lei, bem como aquela já existente para avaliar os pontos positivos e negativos. Neide Fonseca, do INSPIR, enfatizou que a leitura dos objetivos do Plano tem uma importância maior, visto que a compilação dessa legislação já está disponível, principalmente no âmbito do movimento sindical e, portanto, não haveria necessidade de discuti-la. Dionísio, do IPEA, enfatizou que é necessário conhecer a legislação discriminatória no mundo do trabalho e que mesmo se o espaço de tempo de dois dias não for suficiente para tanto, é importante estar a par de algumas questões fundamentais da legislação. Propôs o aprofundamento de artigos da legislação que estão relacionados à temática em questão, bem como o estudo do Projeto de Lei do Estatuto Racial, mesmo ainda não aprovado. Concluiu que é necessário a Comissão saber o que está contido na lei e no Projeto de Lei do Estatuto Racial.

Eunice Moraes, do MTE, enfatizou que além da discussão conceitual e aquela referente à legislação, é necessário traçar as diretrizes do Plano. Ressaltou que a proposta sugerida por Neide, do INSPIR, fosse considerada, devendo a Oficina, dessa forma, enfatizar o estudo da legislação existente e do Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial.

Neide Fonseca, do INSPIR, ressaltou que a questão de gênero também deve ser contemplada, visto que a Comissão está tratando questões e políticas de raça e gênero.

Eunice Moraes, do MTE, questionou os presentes sobre a duração da oficina, bem como resumiu a pauta de discussão com os seguintes itens: apresentação das ações afirmativas dos três segmentos;

nivelamento conceitual; estudo da legislação; estudo dos projetos de lei; estudo das Convenções 100, 111, 156 e eixos temáticos do plano. Lais Abramo, da OIT, reforçou que as Convenções 100 e 111 se referem a conhecimentos básicos. Já a Convenção 156 envolve a questão da ratificação e, desta forma, sugeriu que a OIT realizasse uma apresentação geral, centralizando a intervenção na Convenção 156. Enfatizou ainda que na medida em que se trata de uma Oficina para a construção do Plano, é importante que se realize um debate aprofundado, o que exige um tempo necessário para a discussão em grupos.

Jorge Nascimento, do MTE, reiterou a importância da Convenção 169, na qual a questão do direito à terra viabiliza a discussão dos demais temas.

Sylvia de Sousa, da CNI, sugeriu que a Oficina propicie um conhecimento o mais amplo possível, na medida em que nela serão traçadas as diretrizes para o Plano de Ação.

Neide Fonseca, do INSPIR, sugeriu que sejam debatidas as seguintes questões: no primeiro dia, a legislação nacional e internacional e, no segundo dia, a apresentação das centrais e das empresas, conceitos e o debate dos eixos temáticos.

Solange Sanches, da OIT, destaca que os conceitos envolvem questões delicadas, sugerindo assim que seja elaborado um diagnóstico do panorama da situação mundial como forma de se chegar ao conceito, exemplificando o quesito cor.

Neide Fonseca, do INSPIR, elencou alguns conceitos para serem homogeneizados e se chegar a um consenso: cor/raça; gênero; políticas públicas entre as quais políticas sociais e políticas afirmativas; políticas focais e políticas universais.

Lais Abramo, da OIT, apontou sua preocupação com o espaço de tempo para discutir tudo aquilo que foi proposto. Neide Fonseca, da INSPIR, enfatizou a necessidade de se trabalhar com os conceitos para

construir o Plano, assegurando que é necessário o tempo de dois ou três dias para tal.

Lais Abramo, da OIT, destacou que o diagnóstico visa identificar quais são as principais áreas de desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro que teriam que ser enfrentadas com Políticas de Igualdade de Oportunidades, as quais são o acesso ao emprego, a necessidade de aumentar a taxa de participação das mulheres, a questão da desigualdade salarial. Enfatizou a importância de conhecer quais são os grandes eixos da desigualdade, que deveriam ser objeto de políticas públicas e das políticas empresariais e sindicais, a fim de superar essas desigualdades.

Com vistas à concretização da Oficina, Eunice Moraes, do MTE, apontou os seguintes itens para serem acordados: realização da Oficina em Brasília, nos dias 18 e 19 de maio de 2005, com início às 9 horas e término às 18 horas no primeiro dia; e com início às 08 horas e término às 17 horas no segundo dia, com uma hora de almoço nos dois dias; participação de titulares, suplentes e técnicos dos ministérios e das secretarias especiais e convidados representando o IPEA, OIT, CEERT e IBGE, tendo como apoiadores a OIT e as confederações empresariais.

Solange Sanches, da OIT, sugeriu que fossem consideradas também as conclusões da pesquisa que o IBGE vem realizando para atualização do debate referentes aos conceitos e diagnósticos, vez que esses resultados serão usados nos PNADs de uma forma muito geral no país. Sylvania de Sousa, da CNI, destacou a importância de se apresentar experiências que os segmentos vêm realizando em relação às políticas de ações afirmativas. Dionísio, do IPEA, sugeriu efetuar trocas de experiências por correio eletrônico. Eunice, do MTE, apresentou como proposta a apresentação de experiências por meio de painéis de apresentação. Em seguida, sugeriu que a categoria políticas públicas seja conceituada em duas outras: ações afirmativas e políticas sociais.

Solange Sanches, da OIT, sugeriu um expositor que abordasse todo o conjunto de políticas, transversalizando a questão de gênero e de raça. Sylvia de Sousa, da CNI, sugeriu o MTE como responsável de realizar tal exposição. Ângela Fontes, da SPM, ressaltou que a SPM deve se responsabilizar de organizar e convidar o expositor para a questão de gênero.

Aldous Galletti, da CNF, sugeriu que o conceito de ética seja tratado na abertura da Oficina, visto que é um tema muito debatido atualmente nas empresas e em todos os seus setores, tais como nos negócios e na relação com os fornecedores.

Eunice Moraes, do MTE, sugeriu a divisão de blocos para estruturação do debate: raça/cor/gênero; políticas públicas e ética.

Em consenso, a Comissão retirou a apresentação das experiências, deixando apenas oito apresentações, estruturadas da seguinte maneira: duas apresentações para a temática de legislação; uma para a temática de diagnóstico; duas para a temática de raça/cor; uma para a temática de gênero; uma para a temática de políticas públicas e uma para a temática de ética. Em seguida, concluiu-se que o detalhamento (organização das mesas, material de apoio, etc.) da organização da Oficina será realizado pela Subcomissão.

Desta forma, foi definida a data da reunião da Subcomissão para o dia 16 de março de 2005, às 09h30 no MTE, com participação das seguintes entidades: MTE, SEPPIR, SPM e OIT, e as entidades empresariais e de trabalhadores indicarão os seus representantes.

Em seguida, Eunice Moraes, do MTE, colocou em discussão o último item da pauta sobre o nome fantasia da Comissão Tripartite. Maria Aparecida Pinto, da CGT, sugeriu o nome COMTRATE, uma vez que lembra a relação contratual entre trabalhador e empregador. Denise Pacheco, da SEPPIR, propôs um encaminhamento para a Assessoria de Comunicação Social, sugerindo que o nome fantasia a ser escolhido esteja vinculado às demandas, ao conteúdo do trabalho e ao produto que a Comissão quer atingir.

Por fim, Eunice Moraes, do MTE, na qualidade de suplente e em nome do presidente da Comissão, agradeceu a todos e encerrou a reunião. A presente Ata foi por mim lavrada e aprovada e assinada pelos presentes.

Eunice Lea de Moraes
Presidente

Presentes: